

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RN000113/2008
DATA DE REGISTRO NO MTE: 19/03/2008
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR002691/2008
NÚMERO DO PROCESSO: 46217.001608/2008-82
DATA DO PROTOCOLO: 13/03/2008

SINDICATO DOS EMPREG DE EMPR DE SEG E VIGILANCIA DO RN, CNPJ 08.533.549/0001-53, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE RAIMUNDO RIBEIRO, CPF n. 230.431.304-30;

E

SIND DAS EMP DE VIGILANCIA SEG E TRANS DE VALORES DO RN, CNPJ 40.811.549/0001-80, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ROSSINI ARAUJO BRAULINO, CPF n. 305.241.054-72;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de fevereiro de 2008 a 31 de janeiro de 2009 e a data-base da categoria em 01 de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **dos Empregados das Empresas de Vigilância, Segurança e Transportes de Valores do Estado do Rio Grande do Norte**, com abrangência territorial em RN.

Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PISO SALARIAL

3.1 – O piso salarial dos VIGILANTES a partir de primeiro de fevereiro de 2008 será de **R\$ 700,03 (SETECENTOS REAIS E TRÊS CENTAVOS)**.

3.2 – Fica estipulado que os integrantes de guarnição do carro forte perceberão os seguintes valores:

- a) Vigilante condutor: 60% (sessenta por cento) acima do piso salarial da categoria profissional;
- b) Fiel: 60% (sessenta por cento) acima do piso salarial da categoria profissional;
- c) Carabineiro/Acompanhante: 50% (cinquenta por cento) acima do piso salarial da categoria profissional.

3.3 – Os Vigilantes de Escolta Armada, que trabalham especificamente na escolta de cargas valiosas, terão o seu piso salarial no valor de R\$ 790,00.

3.4 – Os SPPs (Seguranças Pessoais Privados), empregados que trabalham no acompanhamento pessoal (segurança pessoal), conforme estabelece a Portaria nº 387 de 01/09/2006, do Diretor Geral do Departamento de Polícia Federal, com cursos específicos da categoria a qual encontram-se subordinados, terão o seu piso salarial de R\$ 841,75 (oitocentos e quarenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

3.5 – Os ATMS (Agentes Táticos Móveis), empregados que trabalham no atendimento das ocorrências decorrentes de sistema de segurança eletrônica, terão o piso salarial igual ao do vigilante, qual seja, R\$ 700,03 (setecentos reais e três centavos).

3.6 - Os Monitoradores Operadores, empregados que acompanham todos os disparos decorrentes do sistema de segurança eletrônica, terão o piso salarial correspondente à 60% (sessenta por cento) do piso do vigilante, qual seja: R\$ 420,02 (quatrocentos e vinte reais e dois centavos).

3.7 - Os Monitoradores Supervisores, empregados que entram em contato com o cliente, através de ligação telefônica, para verificar a ocorrência de disparo, e orientam os ATMS para o atendimento, terão o piso salarial correspondente à 70% (setenta por cento) do piso do vigilante, qual seja: R\$ 530,30 (quinhentos e trinta reais e trinta centavos).

3.8 – Os Vigilantes desarmados terão piso salarial correspondente à R\$ 477,15 (quatrocentos e setenta e sete reais e quinze centavos), e só poderão exercer suas atividades, mediante as seguintes condições:

- a) os vigilantes contratados nas condições desta sub-cláusula só poderão exercer suas atividades nos turnos diurnos e noturnos, entendido como turno diurno os que estendem-se até às 22:00 horas e, concomitantemente, juntos aos seguintes segmentos: Condomínios Residenciais Multifamiliares, Condomínio de Escritórios e Serviços, Escolas de Ensino

Privado, Universidades/Faculdades de Ensino Privado Técnico ou Superior, Shoppings Centers, Lojas do Comércio Varejista, Supermercados, Residências, Clínicas, Bares/Restaurantes e Similares, Hotéis, Indústrias, Postos de Gasolina, Farmácias e Escritórios de Prestação de Serviços em geral.

3.9 – As empresas que praticam piso salarial superior ao previsto no *caput* é vedada a sua diminuição.

3.10 – Fica estipulado que o piso salarial da categoria abrange o salário e a quitação do intervalo intrajornada.

3.11 – O piso salarial aqui estabelecido deve ser praticado por todas as empresas em todo o Estado do Rio Grande do Norte, independentemente da localização do Município em que seja desenvolvida qualquer atividade referente ao objetivo de que trata a presente Convenção Coletiva.

CLÁUSULA QUARTA - DO PISO SALARIAL DOS EMPREGADOS ADMINISTRATIVOS DAS EMPRESAS DE SEG PRIVADA

4.1 – Os empregados da área administrativa das empresas de segurança privada do Estado do Rio Grande do Norte terão os seguintes pisos salariais:

- a) Auxiliar de Serviços Gerais e Copeiros: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais);
- b) Contínuos: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais);
- c) Recepcionistas e Telefonistas: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais);
- d) Motoristas: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais);
- e) Consultores de Vendas: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais);
- f) Técnicos em manutenção de armas, Técnicos em manutenção de equipamentos, Técnicos em Informática: R\$ 579,95 (quinhentos e setenta e nove reais e noventa e cinco centavos);
- g) Auxiliar Administrativo, Auxiliar Financeiro, Auxiliar Comercial, Auxiliar Operacional, Auxiliar de Pessoal, Auxiliar de Recursos Humanos: R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais);
- h) Assistente Administrativo, Assistente Financeiro, Assistente Comercial, Assistente Operacional, Assistente de Pessoal, Assistente de Recursos Humanos: R\$ 515,52 (quinhentos e quinze reais e cinquenta e dois centavos);
- i) Supervisor Administrativo, Supervisor Financeiro, Supervisor

Comercial, Supervisor Operacional, Supervisor de Pessoal, Supervisor de Recursos Humanos: R\$ 1.031,04 (hum mil e trinta e um reais e quatro centavos);

j) Coordenador Administrativo, Coordenador Financeiro, Coordenador Comercial, Coordenador Operacional, Coordenador de Pessoal, Coordenador de Recursos Humanos: R\$ 1.417,68 (hum mil e quatrocentos dezessete reais e sessenta e oito centavos);

4.2 – Fica estabelecido que os empregados da área administrativa que receberem acima do dobro do piso do vigilante, terão seus salários reajustados, mediante acordo direto entre empregado e empregador.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE SALARIAL

5.1 - O salário dos empregados em Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Rio Grande do Norte, integrantes da categoria profissional, será reajustado no percentual de 6,55% (seis vírgula cinqüenta e cinco por cento), a ser aplicado sobre o salário em vigor na data de 1º de fevereiro de 2008.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SEXTA - DOS PAGAMENTOS DE SALÁRIOS

6.1 – Os salários dos empregados serão pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

6.2 – Fica acordado que, quando o 5º (quinto) dia útil, coincidir com o sábado ou com feriado bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Descontos Salariais

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS DESCONTOS PROIBIDOS

7.1 – Os empregadores não poderão efetuar descontos de salários de seus

empregados por lhes haverem sido arrebatadas as armas ou quaisquer outros instrumentos de trabalho no curso de ações criminosas no momento e locais que estejam executando atividades laborais, bem como não descontarão dos salários a munição gasta em razão da atividade.

7.2 – Comprovada a culpa em inquérito administrativo em que seja assegurada a ampla defesa, o desconto poderá ser efetuado, ressalvando-se ao empregado o direito de recorrer judicialmente.

7.3 – Remetendo os EMPREGADORES o fato a esfera policial, a iniciativa será procedida de Sindicância interna para ser apta a produzir efeitos jurídicos na relação de emprego.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA OITAVA - DOS COMPROVANTES DE PAGAMENTO

8.1 – Os empregadores obrigam-se a fornecer aos empregados comprovantes de todos e quaisquer pagamentos que sejam feitos, contendo a discriminação das importâncias pagas e os respectivos descontos, bem como a parcela do depósito do FGTS.

CLÁUSULA NONA - DO PAGAMENTO DE SALÁRIOS EM SEXTAS-FEIRAS OU VÉSPERAS DE FERIADOS

9.1 – É obrigação do empregador efetuar o pagamento dos salários em moeda corrente nacional, quando as datas de pagamento ocorrerem nas sextas-feiras ou vésperas de feriados, o pagamento deve ser realizado até as 15:00 horas, quando em cheque, ressalvando-se a hipótese de depósito em conta corrente bancária do empregado.

9.2 – As empresas que acumularem duas ou mais faturas de seus serviços prestados a determinado cliente, sem a respectiva quitação, quando comprovadamente justificado aos Sindicatos Profissional e Patronal, e mediante autorização de ambos, simultaneamente, poderão pagar os salários de seus empregados, lotados respectivamente naquela contratante em débito, em duas parcelas, sendo a primeira parte de 50% (cinquenta por cento) do total bruto do salário paga até o 5º dia útil, e a complementação será quitada até o 22º (vigésimo segundo) dia do mês subsequente ao mês trabalhado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO SALÁRIO DO SUBSTITUTO

10.1 – Enquanto durar a substituição, que não tenha caráter meramente eventual. O empregado substituto fará jus ao salário do substituído, ficando excluída as vantagens pessoais.

10.2 – Não se considera eventual a substituição que seja inferior a 15 (quinze) dias consecutivos.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros 13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ANTECIPAÇÃO E DO PAGAMENTO DO 13º SALÁRIO

11.1 – O pagamento do 13º salário será efetuado em conformidade com a legislação em vigor, ficando estabelecida a obrigação dos EMPREGADORES anteciparem até 50% (cinquenta por cento) deste, caso o empregado assim requeira, por escrito e com antecipação mínima de 60 (sessenta) dias do início de suas férias.

Adicional Noturno

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ADICIONAL NOTURNO

12.1 – O valor da hora noturna é acrescido de 20% (vinte por cento) calculado sobre a hora normal.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO VALE MERCADO

13.1 – Fica instituído o VALE MERCADO que não representará qualquer custo direto ou indireto aos EMPREGADORES, sendo equivalente à 30% (trinta por cento) do salário do empregado, utilizados exclusivamente para aquisição dos itens da cesta básica.

Auxílio Transporte

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO TRANSPORTE DE ACIDENTADOS

14.1 – Os EMPREGADORES fornecerão aos empregados transportes para atender aos acidentados no trabalho ou os que no horário de trabalho necessitem de urgente atendimento médico-hospitalar.

Auxílio Doença/Invalidez

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA INVALIDEZ DO EMPREGADO

15.1 – Os EMPREGADORES fornecerão gratuitamente automóvel para locomoção do empregado dentro do Estado do Rio Grande do Norte, exclusivamente no trajeto de sua residência para o local do tratamento médico-hospitalar, em caso de invalidez por acidente de trabalho, durante o período de 90 (noventa) dias, contados da data que ocorreu o sinistro.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO AUXÍLIO FUNERAL

16.1 – Fica estipulado um auxílio funeral correspondente a um piso da categoria, a ser pago ao cônjuge ou aos herdeiros diretos, no prazo de até 05 (cinco) dias após a apresentação do atestado de óbito.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO SEGURO DE VIDA

17.1 – Os EMPREGADORES ficam obrigados a fazer, por conta exclusiva, seguro de vida, por morte acidental ou natural e de invalidez permanente em favor de seus empregados vigilantes, em conformidade com o que determina a Lei nº 7.102/83, cujo valor é correspondente a 26 (vinte e seis) vezes a remuneração do empregado, nos termos da Resolução nº 05 de 10.07.84, do CNSP, devendo, ainda, fazerem constar nos recibos de pagamento o nome da seguradora. Este item não se aplica à morte por suicídios.

17.2 – Os EMPREGADORES não serão responsabilizados de forma

solidária em virtude de eventual atraso ou recusa por parte da seguradora no tocante à liquidação da indenização correspondente ao sinistro, exceto na hipótese de inadimplência do empregador no tocante ao pagamento da apólice de seguro.

Outros Auxílios

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO AUXÍLIO DE ACIDENTE DE TRABALHO

18.1 – Durante a vigência desta convenção, o empregado em gozo de auxílio de acidente de trabalho, a partir do afastamento, receberá da empresa empregadora a quantia que somada ao valor previdenciário, atingia a importância integral de seu salário vigente a época, desde que o afastamento não seja superior a 60 (sessenta) dias, devidamente comprovada através de perícia médica oficial, por igual período.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1 – Os empregadores somente poderão designar o vigilante para exercer a atividade em Cidade diferente daquela em que está trabalhando, exceto na grande Natal (Macaíba, Extremoz, São Gonçalo, Ceará- Mirim), quando acordado entre as partes, com a devida comunicação ao Sindicato obreiro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO PREENCHIMENTO DE VAGAS

20.1 – Para o preenchimento de vagas, quando da contratação de novos empregados, os EMPREGADORES darão prioridade aos empregados vigilantes com curso de formação profissional válido, desde que os mesmos não tenham sido dispensados por justa causa comprovada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA CONTRATAÇÃO DE HABILITAÇÃO

21.1 – A contratação de vigilante nos postos de serviços, somente será permitida para os trabalhadores que estejam habilitados através do competente registro profissional em sua C.T.P.S, e após a efetivação do registro competente pela D.R.T/DELESP-RN, devendo este número constar em seu crachá e na ficha de registro empregatício.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DO MOTIVO DA RESCISÃO

22.1 – Nos casos da rescisão de contrato de trabalho por justa causa, quando solicitados, os empregadores comunicarão ao SINDICATO o motivo específico, sob pena de não poder alegar a ocorrência já mencionada como justa causa em juízo.

22.2 – Sofrerá os efeitos do disposto na parte final do *caput* desta cláusula o empregador que deixar de comunicar ao empregado por escrito, os fundamentos legais da falta grave.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO AVISO PRÉVIO-FORMA

23.1 – Concedido o aviso neste deverá constar obrigatoriamente:

- a) Sua forma (Se deverá ser cumprida em casa ou trabalhando)
- b) A redução da jornada exigida em lei, bem como início e o fim da jornada:
- c) A data do pagamento das verbas rescisórias.

23.2 – O empregado que não tiver interesse no cumprimento do aviso prévio, dado pela empresa, poderá liberar-se de cumpri-lo, percebendo apenas os dias trabalhados, perante comunicação a empresa.

Contrato a Tempo Parcial

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA PROIBIÇÃO CONTRATO/HORA

24.1 – É expressamente proibida a contratação com pagamento feito à base de hora, salvo quanto a contratos entre a EMPRESA e o

COLABORADOR de até 45 (quarenta e cinco) dias de vigência, podendo ser prorrogado uma única vez, com aviso aos respectivos sindicatos, ressalvado o direito de contratação por tempo parcial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

25.1 – As empresas estão autorizadas a utilizar o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado, na forma prevista pela Lei nº 9.601/98 e regulamentado pelo Decreto nº 2.490/98.

Portadores de necessidades especiais

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA CONTRATAÇÃO DE PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA HABILITADO OU REABILITADO

26.1 – Considerando que o vigilante tem a função legal de inibir ou proibir ação delituosa com o uso de armas de fogo ou branca, sendo treinado para defesa pessoal e de patrimônio, necessitando, assim, estar em plena capacidade física e mental, fica estabelecido que o cumprimento do art. 93, da Lei nº 8.213/91 e arts. 136 a 141, do Dec. 3048/99, com relação a admissão de pessoa portadora de deficiência física habilitada ou reabilitada, deverá tomar, como parâmetro, a exemplo do que ocorre na contratação de policiais (ART. 37, VIII/CF), o dimensionamento relativo ao pessoal da administração, ressalvado o comparecimento de profissionais, atendendo a publicação da empresa, que comprove ter curso de formação de vigilante e que porte Certificado Individual de Reabilitação ou Habilitação expedido pelo INSS, que indique, expressamente, que está “*capacitado profissionalmente para exercer a função de vigilante*” (art. 140 e 141 do Decreto nº3048/99).

26.2 – Fica a empresa facultada a submeter a contratação do vigilante ao Departamento de Polícia Federal, conforme dispõem a Lei 7.102/83 e Port./DPF 387/2007, não se aplicando, na hipótese, o seu aproveitamento em outras funções, em razão de mais de 99% (noventa e nove por cento) de seus empregados ocuparem a função de vigilantes.

Mão-de-obra de Faixa Etária Avançada

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DA GARANTIA DO PRÉ-APOSENTADO

27.1 – Fica assegurado aos empregados que, contando com mais de 10 (dez) anos de serviços ininterruptos prestados a empresa e estando há menos de 02 (dois) anos para atingir todas as exigências legais para a aposentadoria, por implemento de idade ou por tempo de contribuição, a garantia de emprego pelo aludido período, devendo o beneficiário para fruição da garantia aqui avençada comunicar à empresa, por escrito, a sua situação.

27.2 – A empresa poderá transferir o empregado pré-aposentado para qualquer cidade da mesma unidade de federação, preferencialmente na cidade mais próxima ao seu atual local de trabalho, quando extinto o Posto de Serviço e não houver outro na localidade para acomodá-lo.

27.3 – Esta cláusula não se aplica às empresas que tenham suas atividades extintas, com a não renovação do Certificado de Segurança expedido pela Polícia Federal.

27.4 – A garantia de emprego ora convencionada não se aplicará nos casos de dispensa por falta grave.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DA CARTA DE APRESENTAÇÃO

28.1 – As partes convencionam o fornecimento de Carta Apresentação por partes dos empregadores a todos os vigilantes no ato da rescisão contratual, desde que despedido sem justa causa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS

29.1 – O pagamento das verbas rescisórias obedecerá ao disposto no art.477 da CLT.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DAS DESPESAS COM RESCISÃO

30.1 – Sempre que os empregados forem chamados para acertos de contas, notadamente a rescisão de Contrato de Trabalho, fora do lugar da prestação de serviços, os EMPREGADORES arcarão com as respectivas despesas de transporte.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DA HOMOLOGAÇÃO

31.1 – No ato da homologação, a empresa apresentará, obrigatoriamente, os seguintes documentos, sem os quais não procederá a homologação:

- a) Ficha financeira do empregado demitido;
- b) As 06 (seis) últimas fichas de frequência ou documento de frequência;
- c) Comprovante dos 06 (seis) últimos depósitos na conta vinculada do FGTS;
- d) Cópia do aviso prévio ou da comunicação de dispensa por justa causa

31.2 – As homologações serão realizadas preferencialmente na sede do Sindicato Obreiro.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DO VIGILANTE PARA CONTRATAÇÃO EVENTUAL

32.1 – Fica estabelecido que os vigilantes que executarem serviços de ordem eventual, ou seja, serviços executados para empresa tomadora de serviço eventual e que não possuam contratos de prestação de serviços de ordem permanente com a EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO, executado por diária ou horas específica de trabalho, serão remunerados da seguinte forma:

32.1.1 – Serviços que tenham carga máxima de trabalho até 06 (seis) horas diárias consecutivas, serão remunerados em R\$ 32,00 (trinta e dois reais) pelo volume de horas trabalhadas;

32.1.2 – Serviços que tenham carga máxima de trabalho até 08 (oito) horas diárias consecutivas, serão remunerados em R\$ 43,00 (quarenta e três reais) pelo volume de horas trabalhadas;

32.1.3 – Serviços que tenham carga máxima de trabalho até 12 (doze) horas diárias consecutivas, serão remunerados em R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) pelo volume de horas trabalhadas.

32.2 – Os EMPREGADORES fornecerão transporte, com veículos próprios

ou vale transporte, aos vigilantes para deslocamento, ida e volta, até o local da prestação do serviço eventual.

32.3 – Será garantido à este EMPREGADO todos os direitos estabelecidos nesta Convenção Coletiva de Trabalho.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DOS CURSOS E REUNIÕES

33.1 – Sempre que os EMPREGADORES exigirem o comparecimento do empregado a cursos e reuniões estas poderão ou não ser realizados durante a jornada normal de trabalho.

Atribuições da Função/Desvio de Função

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DO REGISTRO DE FUNÇÃO

34.1 – A função verdadeiramente executada pelo empregado, quando não anotada na C.T.P.S, no prazo de Lei, acarretará o descumprimento de obrigação de fazer, sujeitando os EMPREGADORES, às penalidades previstas nesta Convenção e Legislação ordinária.

Ferramentas e Equipamentos de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA REVISÃO DAS ARMAS E MUNIÇÕES

35.1 – Para salvaguardar o bem protegido e a segurança pessoal do empregado-vigilante, vigia ou guarda, os EMPREGADORES se obrigam a fazer revisão de armas e munições de 06 (seis) em 06 (seis) meses.

35.2 – Fica estabelecido que toda empresa deverá atender a legislação vigente referente a manutenção periódica das armas de sua propriedade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DO TRANSPORTE DE VALORES

36.1 – Fica estabelecida a proibição de os empregadores utilizarem veículos não apropriados ao transporte de valores, exceto quanto a permissão inscrita no art. 9º. Do Decreto Lei 89.056/83.

Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DO PERÍODO DE TREINAMENTO

37.1 – Todas as despesas efetuadas com treinamento de aspirante e vigilante serão de responsabilidade dos EMPREGADORES, ficando-lhes vedado qualquer desconto na remuneração do empregado.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DO CURSO DE FORMAÇÃO

38.1 – As empresas de vigilância e transporte de valores não cobrarão pagamentos de cursos de formação de seus empregados no ato da admissão, desde que o curso conte com mais de 06 (seis) meses para o vencimento.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DO CURSO DE RECICLAGEM

39.1 – É vedada a cobrança por parte dos EMPREGADORES, de cursos de reciclagem no ato da admissão, ressalvados aqueles que contem com mais de 06(seis) meses para o vencimento, sendo a sua realização coincidente ou não com o horário de trabalho.

39.2 – Os EMPREGADORES que, na vigência do contrato de trabalho, descontarem de seus empregados valores referentes à realização de cursos, obrigam-se a devolver a quantia descontada em dobro em favor do empregado.

39.3 – As empresas que deslocarem seus empregados para fazer curso de vigilante em outro município, como na capital, são obrigadas a fornecer, adiantadamente, o custo de transporte, sendo obrigada, ainda, a fornecer a alimentação. É de responsabilidade da empresa fornecer a hospedagem dos seus funcionários, quando o SINDICATO DOS EMPREGADOS assim não puderem acomodá-los em suas dependências.

39.4 – É obrigação do EMPREGADO apresentar no Departamento Operacional da empresa, o qual se encontra vinculado, toda documentação prevista no Artigo nº 110 da Portaria nº 387/2006, no prazo máximo de 60 (sessenta dias) corridos após a Notificação, por escrita da Empresa.

39.5 – Quando o EMPREGADO trabalhar continuamente de segundas às sextas-feiras, o mesmo será liberado 01 (hum) dia de trabalho para providenciar os documentos exigidos pelo Artigo nº 110 da Portaria nº 387/2006.

39.6 – O não cumprimento do item acima, acarretará em suspensão nas obrigações do EMPREGADO, assim como o desconto dos referidos dias, por parte do EMPREGADOR. Caso o EMPREGADO não regularize sua situação no prazo de 15 (quinze) dias, fica facultada à empresa a Demissão por Justa Causa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DO LOCAL ADEQUADO PARA REFEIÇÕES E VESTUÁRIO

40.1 – Os empregadores que tenham mais de 30 (trinta) empregados lotados na sede, obrigam-se a criar na mesma, instalação para refeições e troca de roupa, se comprometendo a realizar pleito junto aos tomadores de serviços para que seja assegurado, nos postos de trabalho, local adequado para refeições dos empregados em atividades (vigilante, vigia, guarda, e afins).

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA GARANTIA DO TRANSPORTE AO EMPREGADO

41.1 – Os EMPREGADORES fornecerão transporte, com veículos próprios ou vale transporte, aos vigilantes para deslocamentos em serviços, quando não tenham postos fixos ou estejam em equipe de reserva.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DOS ASSENTOS PARA DESCANSO

42.1 – Os EMPREGADORES se obrigam à colocação de assentos, em

locais que possam ser utilizados pelos empregados durante as pausas que o serviço permita, obedecida a proporção prevista na NR-17, aprovada pela Portaria nº 3.214, de 08.06.78, MTB.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - DO PAGAMENTO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO

43.1 – Estando o empregado com a sua reciclagem em atraso ou sem formação, deverá a empresa arcar com as despesas decorrente no ato da demissão.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DO FORNECIMENTO GRATUITO DAS REFEIÇÕES

44.1 – Quando em virtude da necessidade de serviço, o empregado tiver sua jornada prorrogada em mais de 180 (cento e oitenta) minutos, os EMPREGADORES, além de pagar o percentual da jornada extraordinária, ficam obrigados a fornecer refeições aos empregados.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

45.1 – Os EMPREGADORES se obrigam a prestar assistência jurídica a seus empregados, quando estes no exercício de suas funções e atividades, em defesa de legítimos interesses e direitos do patrimônio sob sua guarda, incidirem na prática de algum ato legal que os levem a responder por alguma ação judicial.

45.2 – A omissão dos EMPREGADORES, quanto ao disposto no caput desta cláusula, acarretar-lhe-á o ônus do reembolso das perdas comprovadamente realizadas pelo empregado na sua defesa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - DA EXTENSÃO

46.1 – A presente convenção se estende a todos os integrantes da categoria

profissional no Estado do Rio Grande, tais sejam vigilantes, vigias, guardas noturnos, agentes de segurança, fiscais patrimoniais, guardiões e similares em exercício de segurança pessoal, patrimoniais ostensivas, armados ou desarmados definidos como vigilantes pelas leis 7.102/83 e 8.863/94 em relação de trabalhos com as empresas ou residências ao pessoal administrativos das empresas de vigilâncias e afins.

**Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas
Duração e Horário**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - DA JORNADA DE TRABALHO

47.1 – A jornada semanal de trabalho é de 44 (quarenta e quatro) horas, perfazendo assim, uma carga horária mensal de 192 (cento e noventa e duas) horas efetivamente trabalhadas, as quais, adicionadas às horas do repouso semanal remunerado, totaliza uma carga horária de 220 (duzentos e vinte) horas mensais.

47.2 – Para fins de cômputo de horas extras serão consideradas como tais àquelas que excederem ao limite de 192(cento e noventa e duas) horas mensais, excetuando o previsto no item 47.6.

47.3 – Poderá ser adotada a escala de serviço de 12 (doze) horas diárias, com folga de 36 (trinta e seis) horas, e em sendo adotada a hora extra só passará a ser computada a partir da 13ª hora trabalhada.

47.4 – Sempre que a jornada for realizada ininterruptamente, com turnos de revezamento, observar-se-á o inciso 14, do Art. 7º da CF/88, excetuando-se a regra do item 47.3.

47.5 - Os turnos de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso serão laborados preferencialmente nos seguintes horários: 06:00h às 18:00h - 18:00h às 06:00h, facultando-se a variação dos horários. O intervalo intrajornada, com duração de uma hora, não concedido pelo empregador, já está remunerado pelo salário mensal estabelecido nesta convenção para a categoria, atendendo ao disposto no artigo 73, parágrafo 4º da CLT;

47.6 – Os empregados que laboram na escala de 12 por 36 horas, em horário noturno previsto no art. 73 da CLT, receberão uma hora extraordinária por noite efetivamente laborada.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DA HORA EXTRA

48.1 – O valor da hora extra é fixado em 50% (cinquenta por cento) superior a hora normal trabalhada.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - DO BANCO DE HORAS

49.1 – Período de apuração e divulgação do saldo do Banco de Horas:

49.1.1 – O saldo entre o débito e o crédito de horas será apurado trimestralmente, tornando-se por referência o período que se estende do dia 01 (um) do mês em referência até o último dia do mês do trimestre.

49.1.2 – A divulgação do saldo existente no Banco de Horas será realizado trimestralmente, através de demonstrativos individuais.

49.2 – Lançamento das Horas Extras trabalhadas:

49.2.1 – O levantamento das horas levadas a registro no Banco de Horas será realizado em conformidade com os seguintes critérios de proporcionalidade:

a) Quando se trata de turno de trabalho, na escala de 12 (doze) horas trabalhadas por 36 (trinta e seis) horas de descanso, a empresa creditará e debitará, igualmente, o turno de trabalho;

b) Quando se trata de horas extras trabalhadas, cada hora extra trabalhada equivalerá a uma hora e meia a ser lançada no Banco de Horas;

c) Quando o empregado não atingir 192 (cento e noventa e duas) horas trabalhadas mensais, conforme Cláusula 47^a – Da Jornada de Trabalho, os EMPREGADOS creditarão em favor dos EMPREGADORES o saldo remanescente em horas para posterior uso no mesmo período estabelecido no item 49.1.1 desta Cláusula. Este item não se aplica aos EMPREGADOS que participam da Jornada de Trabalho estabelecida no item 47.3 da Cláusula 47^a.

49.3 – Conversão de Horas Levadas a Depósito no Banco de Horas e do Respeetivo Pagamento:

49.3.1 – A qualquer momento, a critério dos EMPREGADORES, poderá haver a reconversão do saldo credor, total ou parcial, em pecúnia, em favor do empregado existente no Banco de Horas e seu respectivo pagamento por ocasião da quitação salarial do mês subsequente ao trimestre;

49.3.2 – A reconversão do saldo de horas existente no Banco de Horas, em pecúnia, será obrigatória por ocasião da ruptura contratual e da expiração

do prazo da presente contratação. O correspondente pagamento será realizado juntamente com os haveres rescisórios, no tempo da rescisão de contrato de trabalho ou por ocasião da quitação salarial do mês subsequente, respectivamente, ainda que seja celebrado novo acordo para manutenção dessa sistemática de compensação de horas.

49.4 – Ausência ao Trabalho:

49.4.1 – As faltas ao serviço de qualquer natureza (legais, justificadas ou não justificadas) terão o tratamento que a lei as reservar e não serão compensadas para efeito de utilização de horas de crédito do empregado, não integrando o Banco de Horas.

49.4.1.1 – A existência de crédito de horas em favor do EMPREGADO não permite nem justifica o seu não atendimento às convocações normas para o trabalho, hipótese em que a ausência receberá o mesmo tratamento das faltas normais de trabalho, sendo punível, por conseguinte, em conformidade com a legislação vigente.

49.5 – Da não obrigatoriedade:

49.5.1 – O EMPREGADO não é obrigado a fazer horas extraordinárias, não podendo, por este motivo, receber punições ou advertências, quando se trata da aplicação do item 49.2.1 – letra a), desta Cláusula. Não sendo aplicado, por hipótese alguma, a penalidade de Demissão por Justa Causa.

Descanso Semanal

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - DO REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E FERIADOS

50.1 – Será garantido aos empregados enquadrados no presente negócio jurídico, repouso em pelo menos 01 (um) Domingo ao mês.

50.2 – Não observado o estabelecimento no item 50.1, as horas trabalhadas nesses dias de repouso, bem como aquelas trabalhadas em dias de feriados, estabelecido na Legislação vigente, serão remuneradas de forma dobrada.

50.3 – Fica instituído o Dia do Vigilante, a ser comemorado no dia 14 de fevereiro de cada ano.

Controle da Jornada

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS REFLEXOS DAS HORAS EXTRAS E DO ADICIONAL NOTURNO

51.1 – Os empregadores se obrigam a fazer incidir, sobre o pagamento do 13º salário, férias, repouso semanal remunerado e FGTS, e valor das horas extras e do adicional noturno do mês do adimplemento desses direitos trabalhistas, extraindo-se o valor da média aritmética dos últimos 06 (seis) meses.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - DO CARTÃO INDIVIDUAL DE ANOTAÇÕES

52.1 – Será obrigatoriamente fornecido pelos EMPREGADORES cartão individual de anotações de jornada de trabalho aos empregados e nele anotado o horário de prestação de serviços, após cada jornada.

Faltas

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - DO ABONO DE FALTAS A ESTUDANTES

53.1 – Sem prejuízo de seus salários, é facultado ao empregado estudante ausentar-se do serviço para realização de exames escolares programados por estabelecimento de ensino de 1º e 2º graus ou universitários, desde que comunique aos EMPREGADORES, por escrito, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência, sujeitando-se ainda a apresentação do comprovante da realização desse exame em igual prazo.

53.2 – Fica vedada a prorrogação de horário de trabalho dos estudantes empregados, mudança de escala que venha a prejudicar a frequência das aulas desde que devidamente comprovada.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DO ABONO DE FALTA À MÃE TRABALHADORA

54.1 – Abono de falta à mãe trabalhadora, no caso de necessidade de consulta médica ao filho menor de até 03 (três) anos de idade ou inválido, mediante comprovação por declaração médica, até o limite de 05 (cinco) dias ao ano.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DO COMPARECIMENTO À JUSTIÇA/ABONO

55.1 – As faltas cometidas durante a realização de audiências junto à justiça do trabalho, como reclamante ou testemunhas serão abonadas desde que apresente a notificação à empresa com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas e ao retornar do ato, apresente certidão atestando a sua presença.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - DO ABONO DE FALTAS PARA INTERNAÇÃO

56.1 - O empregado não sofrerá prejuízo salarial quando faltar ao serviço por um dia ao ano, para internação hospitalar de seus dependentes, ascendentes e descendentes que seja compensada com um dia de trabalho.

Férias e Licenças Outras disposições sobre férias e licenças

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DO INÍCIO DAS FÉRIAS

57.1 – O período de férias, individuais ou coletivas, não poderá ter início em dias de Sábado, Domingo e Feriados, em dias já compensados ou em dias destinados ao descanso em decorrência da escala de trabalho adotada, devendo o seu pagamento ser efetuado, improrrogavelmente na data imediatamente anterior ao da concessão, ressalvando o dia da folga.

57.2 – Os EMPREGADORES que não pagarem as férias remuneradas conforme o estabelecido na **Consolidação das Leis do Trabalho**, ficarão obrigados a recolher 20% (vinte por cento) sobre o valor das penas, em favor do empregado prejudicado, a título de multa.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - DAS LICENÇAS

58.1 – Fica garantido a todo empregado a ausência ao serviço, sem prejuízo salarial, nas seguintes hipóteses:

- a) De 03 (três) dias corridos em casos de falecimento do cônjuge, ascendente ou descendente direto;
- b) De 03 (três) dias corridos em virtude do seu casamento;
- c) De 05 (cinco) dias corridos no decorrer da primeira semana do nascimento do filho, a título de licença paternidade.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - DAS FÉRIAS PARA CASAMENTO

59.1 – Fica facultado ao empregado o gozo das férias no período coincidente com a época do seu casamento, desde que manifeste sua intenção aos EMPREGADORES com 30 (trinta) dias de antecedência da data do evento e que sejam atendidas as conveniências da empresa.

Saúde e Segurança do Trabalhador Uniforme

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DO UNIFORME DE TRABALHO

60.1 – Os EMPREGADORES se obrigam a fornecer 02 (dois) uniformes de trabalho ao empregado-vigilante, no ato de sua contratação.

60.2 – A cada 06 (seis) meses, os EMPREGADORES substituirão uma calça e uma camisa, ficando o empregado-vigilante obrigado a devolver, na mesma proporção, o uniforme substituído. A cada ano, os EMPREGADORES substituirão os sapatos.

60.3 – As empresas incluirão nas propostas comerciais os custos referentes ao cumprimento da Portaria nº 387/2006/DG/DPF e Portaria nº 191/2006/MTE, relativamente aos coletes à prova de balas.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - DOS ATESTADOS

61.1 – Tendo o sindicato convênio médico-odontológico com a previdência social ou possuindo assistência sindical, seus atestados médicos e odontológicos serão aceitos pelo empregador para justificativa de falta dos

seus empregados, devendo constar no atestado a assinatura e carimbo com o número de inscrição no conselho de classe do profissional emissor do documento, bem o como o CID da doença.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DA PROIBIÇÃO DA ANOTAÇÃO DE ATESTADOS NA C.T.P.S.

62.1 – Fica vedado ao EMPREGADOR o uso da carteira da trabalho e previdência social para anotações relativas à afastamento para instrumento de saúde, com menos de 15 (quinze) dias, em qualquer caso, respectivos atestados médicos.

Profissionais de Saúde e Segurança

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DO SESMT COLETIVO

63.1 – De acordo com as normas legais atualmente em vigor, as empresas poderão formar SESMT coletivo, ou os empregados serem assistidos no SESMT do contratante.

Outras Normas de Proteção ao Acidentado ou Doente

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - DA GARANTIA DO ACIDENTADO

64.1 – O empregado que sofrer acidente de trabalho, conforme definido pela Legislação previdenciária, gozará de garantia no emprego pelo prazo de 12 (doze) meses nos termos do Art.118 da Lei Federal nº 8.213/91.

64.2 – A garantia de emprego ora convencionada não se aplicará nos casos de dispensa por falta grave.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - DO EMPREGADO DOENTE

65.1 – É proibida a demissão de empregado doente com situação comprovada por atestado médico, no qual deverá constar a assinatura e carimbo com o número de inscrição no conselho de classe do profissional emissor do documento, bem o como o CID da doença.

Relações Sindicais
Sindicalização (campanhas e contratação de sindicalizados)

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - DA DISPONIBILIDADE REMUNERADA

66.1 – Os membros da Diretoria do Sindicato Profissional ficarão à disposição de sua entidade na proporção de 01 (um) por empresa, a fim de desempenharem suas atividades sindicais e devidamente remunerados pelas empresas empregadoras, assegurando-se-lhes todos os direitos e vantagens decorrentes da relação de emprego, como se em efetivo exercício estivesse.

66.2 – Observando o caput da cláusula supra, na hipótese de eleição ou indicação para CNTV-OS, os EMPREGADORES, com contingente de mais de 1.000 empregados, colocarão à disposição da entidade sindical de nível superior mais 01 (um) empregado mediante comunicação.

66.3 – Entende-se por remuneração o conceituado no Art.457 e seus incisos da CLT, a integração de horas extras e adicionais, férias, 13º salário e salário-família.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - DAS ELEIÇÕES SINDICAIS

67.1 – Durante o processo de renovação da direção do SINDICATO os EMPREGADORES permitirão a instalação de urnas coletoras de votos em local previamente acordado, para o livre exercício do voto pelos associados da Entidade.

Liberação de Empregados para Atividades Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - DA PROTEÇÃO À LIBERDADE SINDICAL

68.1 – Os EMPREGADORES reconhecem o princípio da ampla liberdade sindical e assumem o compromisso de não praticar qualquer ato que venha a ferir o referido princípio.

Garantias a Diretores Sindicais

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES E DELEGADOS DE BASE

69.1 – Todo dirigente Sindical, delegado de base ou representante dos trabalhadores, eleitos em assembléia da categoria profissional para participar de encontros de cunho municipal, estadual, nacional ou internacional, terá abonada a falta até o limite de 30 (trinta) dias por ano, sucessivos ou intercalados, sem prejuízo salarial, desde que informado ao seu empregador com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do respectivo evento, através do ofício firmado exclusivamente pela Coordenação do Sindicato Obreiro, contendo local, horário e duração do evento, devendo o participante, caso solicitado, apresentar comprovação de participação.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA - DA GARANTIA DE EMPREGO AO DELEGADO SINDICAL

70.1 – Os delegados sindicais e os seus respectivos suplentes eleitos, ou nomeados na proporção de 01 (um) por Empresa, cujos nomes serão comunicados oficialmente, não poderão, durante o exercício do seu mandato, o qual não pode exceder o prazo de 06 (seis) meses, sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

70.2 – Ocorrendo a despedida, caberá aos EMPREGADORES em caso de reclamação à justiça do Trabalho, comprovar a existência de quaisquer dos motivos mencionados nesta cláusula, sob pena de ser condenado a reintegrar o empregado.

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA - DO QUADRO DE AVISOS

71.1 – Os EMPREGADORES permitirão a afixação em quadro das resoluções e encaminhamentos do SINDICATO, avisos, e outros

comunicados de interesse da categoria profissional, desde que assinados por Diretor do Sindicato e em papel timbrado, cujo conteúdo não seja de natureza político-partidária.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEGUNDA - DOS CERTIFICADOS

72.1 – DO CERTIFICADO DE REGULARIDADE SINDICAL: As EMPRESAS que desejarem contratar com o setor público, retirar ou renovar cadastros em órgãos públicos ou privados, deverão apresentar, no ato do procedimento licitatório, o Certificado de Regularidade Sindical, emitido pela instituição competente, SINDESP/RN, em conformidade com o estabelecido pelos artigos 607 e 608 da CLT.

72.2 – DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA: As EMPRESAS que desejarem contratar com o setor público, retirar ou renovar cadastros em órgãos públicos ou privados, deverão apresentar, no ato do procedimento licitatório, o Atestado de Capacidade Técnica, que será registrado conforme contrato apresentado pela empresa executante em seu acervo de ordem técnica. Este Atestado será emitido pelo SINDESP/RN, órgão competente para tal finalidade.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA TERCEIRA - DA MENSALIDADE ASSOCIATIVA E DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA

73.1 – Os EMPREGADORES se obrigam a efetuar o desconto de 2% (dois por cento) do piso salarial dos empregados associados ao SINDICATO, mediante autorização expressa do trabalhador, e repassá-lo à entidade sindical profissional até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do desconto, a título de mensalidade sindical.

73.2 – O valor da mensalidade referida e descontada do salário dos empregados, deverá ser depositado na CEF – Caixa Econômica Federal – Agência Potiguar nº 035, conta corrente nº 700.079-6.

73.3 - No mês de março de 2007, será efetuado o desconto da Contribuição Confederativa, prevista na Constituição Federal, no valor único de um dia de salário, para todos os empregados, observando o limite do piso salarial do vigilante patrimonial.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUARTA - DA CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

74.1 – Todas as empresas contribuirão para a entidade patronal, com a importância de R\$ 7,00 (sete reais) por empregado, devidamente informado ao Departamento de Polícia Federal, limitando-se, essa contribuição ao valor máximo de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por empresa.

74.2 – Objetivando o recebimento dos valores que trata o item 74.1, conforme determinação da assembléia, a entidade sindical emitirá o competente título de crédito, o qual será cobrado através da rede bancária, com vencimento para o dia 15 de junho de 2008. Em caso de não pagamento, será promovido o protesto e a devida ação executória, consoante deliberação da assembléia.

74.3 – Fica assegurado o direito de oposição no prazo de 10 dias, contados da data do depósito na DRT/RN e da divulgação pela imprensa, desde que a empresa se manifeste expressamente junto a entidade sindical empresarial.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA QUINTA - DA MORA NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

75.1 – Fica acordado que, no atraso de contribuição sindical anual, assistencial e da mensalidade por parte dos EMPREGADORES, se ocorrer do dia 10 até o final do mês, estes se obrigam ao pagamento da variação do IGPM da Fundação Getúlio Vargas ou sucedâneo, depois deste prazo incidirá sobre o valor devido juros de mercado.

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SEXTA - DA CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DOS EMPREGADORES

76.1 – As empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Norte deverão recolher a Contribuição Confederativa Patronal, consoante a norma do inciso IV, do artigo 8º, da Constituição Federal e demais legislação aplicável à matéria, cujo valor, determinado em assembléia da

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores, vinculado ao porte da empresa de acordo com a quantidade de empregados existentes na empresa em 1º de janeiro de 2008, atestado pela ficha de atualização encaminhada ao DPF, será:

- Empresa com até 100 (cem) empregados: R\$ 1.000,00 (hum mil reais);
- Empresa com 101 a 200 empregados: R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais);
- Empresa com 201 a 300 empregados: R\$ 2.000,00 (dois mil reais);
- Empresa com 301 a 400 empregados: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);
- Empresa com 401 a 600 empregados: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais);
- Empresa com 601 a 1.000 empregados: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais);
- Empresas com mais de 1.001 empregados: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA - DA RELAÇÃO DOS EMPREGADOS

77.1 – Os EMPREGADORES remeterão ao SINDICATO, até o quinto dia útil de cada mês, a relação de empregados abrangidos pela mensalidade sindical, contribuição sindical e desconto assistencial, para fins de controle.

Outras disposições sobre representação e organização

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA OITAVA - DO FORO DA ELEIÇÃO

78.1 – As partes elegem o foro de Natal, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas da interpretação e cumprimentos da presente Conversão Coletiva de Trabalho, em detrimento de outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Disposições Gerais Regras para a Negociação

CLÁUSULA SEPTUAGÉSIMA NONA - DO COMPROMISSO NEGOCIAL

79.1 – As partes se obrigam antes de tomarem qualquer medida de ordem

judicial, a esgotarem todas as vias negociais.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA - DA COMISSÃO PRÉVIA DE NEGOCIAÇÃO

80.1 – Firmam as partes que na conformidade a Lei nº 9.958/2000, será por aditamento a esta Conversão ou Acordo Coletivo de Trabalho instituídas as comissões prévias de negociações, instrumentos próprios que definirão suas constituições e normas de funcionamento, garantindo-se de logo a assistência dos sindicatos das categorias na hipótese de Acordo Coletivo de Trabalho.

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA PRIMEIRA - DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

81.1 – Quaisquer dúvidas, controvérsias ou litígios resultantes da interpretação ou aplicação desta Convenção Coletiva de Trabalho, serão processados e julgados pela justiça do trabalho.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEGUNDA - DO OBJETIVO E DOS BENEFICIÁRIOS

82.1 - Esta Convenção Coletiva de Trabalho, fundamentada no que determina o art. 611, da Consolidação das Leis do Trabalho, e demais cominações legais, tem como finalidade a concessão de aumentos de salários e a estipulação de condições de trabalho aplicáveis no âmbito das respectivas representações, especificamente as relações individuais de trabalho mantidas entre as Empresas de Vigilância e Segurança de Valores e seus empregados, tendo como beneficiários da mesma, os Empregados das Empresas de Vigilância e Segurança do Estado do Rio Grande do Norte, consoante o 3º subgrupo, do 2º plano CNTC, do quadro que se refere ao art.577, da Consolidação das Leis do Trabalho.

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA TERCEIRA - DA SUPREMACIA DA PRESENTE CONVENÇÃO

83.1 – Todos os acordos coletivos preexistentes serão revogados de pleno direito, a partir do registro da presente convenção, desde que suas avenças conflitem direta ou indiretamente com as cláusulas nela convencionadas.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUARTA - DO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

84.1 – No caso de descumprimento pelos EMPREGADORES e pelo SINDVIGILANTES/RN de qualquer obrigação prevista nesta Convenção e exclusivamente nesta hipótese será aplicada uma multa no valor de 2% (dois por cento) sobre o piso salarial da categoria revertendo para o Sindicato, quando este for o sujeito passivo da infração e para o empregado individualmente atingido, quando este for o sujeito passivo do ato descumprido.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA QUINTA - DA PRORROGAÇÃO E DA REVISÃO

85.1 – O processo de prorrogação, revisão ou revogação total ou parcial da presente Convenção obedecerá ao disposto no artigo 615, da C.L.T.

Outras Disposições

CLÁUSULA OCTAGÉSIMA SEXTA - DOS ENCARGOS SOCIAIS

86.1 – Com o objetivo de assegurar a exeqüibilidade dos contratos prestados pelas empresas assistidas por esta CCT e a conseqüente adimplência do cumprimento das obrigações decorrentes dos Encargos Sociais e Trabalhistas, fica convencionado que será praticado pelas empresas albergadas nesta Convenção, o percentual mínimo de encargos sociais e trabalhistas no percentual de 82,45% (oitenta e dois vírgula quarenta e cinco por cento), conforme Anexo I, que passa a fazer parte integrante desta Convenção Coletiva de Trabalho.

JOSE RAIMUNDO RIBEIRO
Presidente
SINDICATO DOS EMPREG DE EMPR DE SEG E VIGILANCIA DO RN

JOSE ROSSINI ARAUJO BRAULINO
Presidente
SIND DAS EMP DE VIGILANCIA SEG E TRANS DE VALORES DO RN

ANEXOS

ANEXO I - DOS ENCARGOS SOCIAIS

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008/2009		
ENCARGOS SOCIAIS		
GRUPO A		
INSS	20,00%	
SESI / SESC	1,50%	
SENAI / SENAC	1,00%	
INCRA	0,20%	
SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	
FGTS	8,00%	
SAT	3,00%	
SEBRAE	0,60%	
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (LC1 110/2002)	0,00%	
SUB-TOTAL	36,80%	36,80%
GRUPO B		
FÉRIAS	11,11%	
AUXÍLIO DOENÇA	3,38%	
LICENÇA PATERNIDADE / MATERNIDADE	1,12%	
FALTAS LEGAIS	1,20%	
ACIDENTE DE TRABALHO	1,05%	
AVISO PRÉVIO	1,42%	
13º SALARIO	8,33%	
SUB-TOTAL	27,61%	27,61%
GRUPO C		
AVISO PREVIO INDENIZADO	2,18%	
INDENIZAÇÃO ADICIONAL	1,70%	
INDENIZAÇÃO (FGTS nas rescisões sem justa causa)	4,00%	
SUB-TOTAL	7,88%	7,88%

GRUPO D		
INCIDENCIAS DOS ENC. DO GRUPO A SOBRE GRUPO B	10,16%	
SUB-TOTAL	10,16%	10,16%
TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS		
		82,45%

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br> .